



**Nós não queremos menos Europa!  
Queremos uma Europa Social!  
Juntos vamos quebrar o Paradigma!  
POBREZA NÃO!!!  
Delegação Portuguesa 2016  
- 15º Encontro de Pessoas em Situação de Pobreza -  
Bruxelas, 15 e 16 de Novembro de 2016**

*“É necessário acreditar que é possível participar, que as pessoas são capazes de participar e, o mais importante, é que todos os interessados acreditem que, juntos, ou com a sua ação em particular, vão conseguir atingir os objetivos pretendidos. Se, por um lado, podemos dizer que hoje em dia se espera mais dos cidadãos em termos de participação nas decisões que lhes dizem respeito, por outro, o retorno do envolvimento dos mesmos nem sempre tem sido motivador da sua continuidade. Acreditar que somos capazes de participar, de dar o nosso contributo, é fundamental.”*

## **1 - Enquadramento**

A maior parte dos delegados portugueses vivenciam uma situação de desemprego de longa duração. Esta situação agrava-se quando estamos perante um mercado de trabalho caracterizado por uma forte insegurança e precariedade (contratos a prazo, entre outros), assim como uma forte prevalência de uma economia informal que aumenta os riscos de pobreza visto que o trabalho temporário, irregular e a subocupação não são considerados situações de desemprego.

Os apelos e as propostas que aqui apresentamos resultam do contacto com a realidade e nos testemunhos na primeira pessoa, e são, em primeira instância, as inquietações, os problemas e os apelos de quem vive em situação de pobreza e/ exclusão social, e de todos os outros cidadãos que contribuem também com o seu trabalho, empenho, e opinião para a identificação de melhores estratégias para que o combate à pobreza e à exclusão social seja de uma vez por todas uma realidade.

## **2. – Experiências de participação**

### **2.1. – Experiências de participação: vivências dos delegados**

As experiências de participação vivenciadas pelos delegados portugueses são diversas. Contudo, todas as ações participativas incidem na vontade política e na vontade de todos os cidadãos de concretizar esta luta e ser capaz de permitir a participação abrangente e corresponsável de todos os cidadãos.

## Principais experiências referenciadas pelos delegados:

*“A minha melhor experiência de participação tem sido dentro da EAPN Portugal, porque foi o primeiro sítio onde senti que a minha opinião é valorizada e a minha voz é ouvida. Acredito que a participação é essencial para que se possa dar início a um processo de mudança que envolva todos os grupos/cidadãos que compõe a nossa sociedade. A oportunidade de opinar e de participar em decisões importantes faz com que me envolva mais recorrendo a uma forma de pensar cada vez mais crítica e objetiva defendendo as minhas opiniões com argumentos rigorosos”.*

- Aposta num maior conhecimento da realidade para apresentar sugestões, pois *“Conhecendo podemos agir e atuar melhor com o outro”*, através de ações de formação e da partilha e intercâmbio com outras pessoas que vivenciam situações de pobreza e de exclusão social.
- Participam nos Conselhos Locais de Cidadãos promovidos pela EAPN Portugal onde têm a oportunidade de fazerem-se ouvir junto das entidades responsáveis, apresentando melhorias e contributos para as políticas sociais (definimos soluções para os nossos problemas).
- Intercâmbio de experiências pessoais e locais, participando ativamente como cidadãos na luta contra a pobreza através de ações de voluntariado e de grupos de participação.
- Associando-se a organizações que lutam contra a pobreza, disponibilizando o nosso tempo, a nossa experiência, as nossas ideias e contribuindo com o empenho nesta luta que deve ser uma luta de todos os cidadãos.
- Evento com faixas humanas no âmbito das comemorações do dia 17 de Outubro (Dia internacional para a Erradicação da Pobreza) no sentido de desenvolver uma ação de rua e interpelar os cidadãos sobre o tema da pobreza e a possibilidade da sua erradicação. Através desta ação conseguimos estabelecer parcerias com outras entidades locais como por exemplo a Cruz vermelha, a câmara Municipal e outros projetos de intervenção comunitária.

## Mais-valias da participação:

*“Estas experiências foram positivas no sentido de aproximarem os cidadãos das suas responsabilidades civis e democráticas, no sentido em que se juntaram entidades locais, cidadãos e órgãos de soberania local a envolverem-se, a questionar e a abordar assuntos pertinentes para a melhoria do nosso bem-estar social”*

- Sermos porta-voz dos cidadãos que vivenciam situações de pobreza e de exclusão social.
- Definição de linhas de ação, baseadas em diagnósticos elaborados por nós próprios do que não partilhamos.

- Temos consciência que é um processo difícil mas é o que dá melhores frutos, porque são frutos que nascem do respeito pelo outro, da solidariedade, do conhecimento, entre outros.
- É um processo importante porque a participação dos cidadãos mais pobres e excluídos na definição das medidas e das ações que visam combater a sua situação social e económica, e posteriormente, na sua concretização, corresponde a um direito que lhes assiste e dá garantias de que a sua voz é ouvida e de que os seus reais interesses são salvaguardados.
- Promove a mobilização dos que estão mais interessados em que as medidas e as ações sejam bem-sucedidas.
- Corresponde ao exercício de uma cidadania ativa que traduz da parte destes cidadãos uma afirmação da vontade de mudar a sua situação
- A participação só se concretiza se a participação for dinamizada connosco e não para nós no sentido do nosso *empowerment* e do exercício da cidadania ativa, porque todos possuem conhecimentos fundamentais, nomeadamente, as nossas experiências de vida são a fonte principal das aprendizagens.
- Acreditamos que juntos conseguem coisas que sozinhos não conseguíamos obter. Estamos a promover a nossa autonomia, capacitação e emancipação enquanto pessoas e cidadãos.

## 2.2 – Experiências de Participação

*“Sinto-me mais empoderada porque sentimos que as nossas sugestões são tidas em consideração. É importante e sinto orgulho em dizer: eu participei naquela mudança. Eu dei o meu contributo!”*

A participação é um valor fundamental que se vai concretizando no seu trabalho em rede. Acreditamos que a participação é a via, o princípio que se deve adotar para diminuir as desigualdades e o combate à pobreza e exclusão social, promovendo o exercício de uma cidadania ativa através da partilha de experiências e de conhecimentos, atuando em conjunto por um objetivo comum. Defendemos igualmente que os processos participativos proporcionam não só momentos de escuta e de diálogo com os atores que se encontram nesta situação, como também permitem uma melhor adequação das medidas e uma maior consciencialização e coresponsabilização no seu processo de inclusão.

### 2.2.1 – Conselhos Locais de Cidadãos

A EAPN Portugal tem vindo a promover a cidadania e a participação das pessoas que vivenciam ou já vivenciaram situações de pobreza e/ou exclusão social através de movimentos de cidadania, quer a nível distrital – **Conselhos Locais de Cidadãos** – quer a nível nacional - **Conselho Nacional de Cidadãos** -, e ainda a nível europeu, com a participação no Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza que se desenvolve desde 2001. O Conselho Nacional, assim como os respetivos Conselhos Locais, são resultado de um trabalho que a

EAPN Portugal tem desenvolvido desde 2002, altura em que auscultou pela primeira vez, de forma participada, cidadãos que auferiam do então Rendimento Mínimo Garantido. Desde 2009 este trabalho foi assumido como uma prioridade da instituição no cumprimento da sua missão.

### **Objetivos dos Conselhos Locais:**

Dar oportunidade a um grupo de cidadãos que vivenciam, ou já vivenciaram, situações de pobreza e/ou exclusão social, de norte a sul do país de:

- Se pronunciarem sobre as suas realidades, necessidades e prioridades, a sua qualidade de vida e sobre as políticas sociais;
- Identificarem dificuldades e estratégias de enfrentamento dos problemas que são acionadas por estes cidadãos, assim como a definição de áreas prioritárias de atuação;
- Terem uma voz ativa para o diálogo e para participar na vida política falando sobre as medidas que interferem nas suas vidas;
- Participarem ativamente na luta contra a pobreza e a exclusão social (luta essa relativamente à qual são, desde logo, os principais interessados); através da identificação de novas estratégias e novos instrumentos de avaliação das medidas sociais e de exercício de lobby junto dos órgãos de poder;
- Atuarem com a EAPN Portugal, ao nível da monitorização e avaliação, direta ou indiretamente, do que se vai fazendo a nível nacional nesta área, através da informação, formação, investigação e planeamento participado de ações que concorrem para o combate da pobreza e da exclusão social.

### **Perfil dos membros**

- Identificarem-se com a missão da EAPN Portugal, os seus valores e os seus princípios de intervenção;
- Partilharem e identificarem-se com os objetivos que se pretendem atingir nos Conselhos Consultivos Locais;
- Terem vivenciado ou vivenciarem situações de desfavorecimento social;
- Possuírem disponibilidade para participarem nas reuniões e respetivas ações;
- Terem predisposição para trabalhar em grupo.

### **Conselho Nacional de Cidadãos (CNC)**

Integra o CNC um representante nomeado de cada Conselho Local. O trabalho é acompanhado pela equipa técnica do Departamento de Desenvolvimento de Formação da EAPN Portugal.

### **Conselhos Locais de Cidadãos (CLC)**

Integram os Conselhos Locais, cidadãos que vivenciaram ou vivem em situação de desfavorecimento social e que se identifiquem com os objetivos da EAPN PT e que desejam contribuir voluntariamente para o combate à pobreza e à exclusão social. O trabalho é acompanhado pelo respetivo técnico da EAPN Portugal em cada distrito.

Importa ainda referir que para além do Departamento de Desenvolvimento e Formação da EAPN Portugal monitorizar o trabalho desenvolvido neste âmbito, existe uma **equipa de avaliação**

**interna** da responsabilidade do Departamento de Investigação e Projetos que monitoriza e avalia de forma permanente as várias iniciativas desenvolvidas pelas estruturas locais e nacionais, apresentando sugestões de melhoria para os processos participativos.

## 2.2.2 – VIII Fórum Nacional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – 18 e 19 de outubro de 2016

### 1 - 18 de Outubro de 2016 – Assembleia da República

No dia 18 de outubro teve lugar na sala do Senado da Assembleia da República um ponto de encontro entre cidadãos que se encontram em situação de pobreza e/ou exclusão social, ONG's e partidos políticos, constituindo um marco importante no projeto de governação democrática. Este encontro cujo tema era "Compromisso com uma Estratégia Nacional: realidade ou utopia?" contou com o presidente da Assembleia da República – Eduardo Ferro Rodrigues, onde os cidadãos foram ouvidos e os partidos políticos com assento parlamentar foram interpelados no sentido das políticas sociais que estão a ser implementadas.

A sessão de Abertura foi presidida por Eduardo Ferro Rodrigues (Presidente da Assembleia da República), com a participação do Agostinho Jardim Moreira (Presidente da Direção da EAPN Portugal) e com Helena Nunes Loureiro (representante do Conselho Local de Cidadãos de Castelo Branco).

A representante dos Conselhos Locais de Cidadãos, Helena Nunes, assim como o presidente das EAPN Portugal exigiram a necessidade de definir uma estratégia nacional de combate à pobreza. Tal como foi referido: *"Foi para nós motivamos de grande satisfação a realização do VIII Fórum Nacional de Cidadãos em Situação de Pobreza na Assembleia da República. A nossa vontade em realizar este evento no Parlamento Nacional assume, para as vítimas das injustiças sociais um especial significado, por várias razões: a) Parlamento de Portugal é, nos termos da lei fundamental, "a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses"; e, porque, para além da função primordial de representação, compete à Assembleia da República assegurar a aprovação das leis fundamentais da República e a vigilância do cumprimento da Constituição; b) mas também, porque comemorámos no dia – 17 de Outubro – o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e entendemos que a melhor forma de evocar esta data seria assinalar esta questão com elevação e sentido de Estado. Numa República, não podem existir barreiras artificiais entre o poder e o povo. Os governantes têm de conhecer a realidade do país. E os cidadãos por sua vez têm o dever de participar na vida cívica."*

A democracia não se esgota em eleições e alternância de poder. Neste sentido e de forma a melhorar a qualidade da nossa democracia, precisamos em Portugal de nos preocuparmos mais com os humanos, os valores e princípios que constituem a matriz essencial do republicanismo. Numa sociedade fundada no princípio democrático, a ação política tem a ver com a realização do bem comum e implica debate e confronto de ideias.

Os participantes deste evento são, maioritariamente, pessoas que vivem ou viveram em situação de desfavorecimento social, pessoas que tem sidas acompanhadas pela EAPN Portugal ao nível distrital e nacional e que integram grupos de trabalho locais que foram constituídos nos Núcleos da EAPN nos 18 distritos do território continental. São pessoas que no seu dia-a-dia se encontram expostas a situações massivas de pobreza e de exclusão, mas que de forma empenhada e imbuída do espírito de cidadania, desejam participar na gestão da vida pública e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e mais coesa. O que os cidadãos esperam dos políticos, que livre e democraticamente elegeram, é que se empenhem na procura de respostas aos desafios e no desenho das políticas que sirvam o interesse nacional.

Não podemos ficar indiferentes a 2 milhões e 765 mil portugueses que vivem em risco de pobreza e exclusão social. É urgente que a causa da pobreza seja profundamente tida como merecedora da mais elevada prioridade e o interesse comum de todos. É urgente que os indivíduos, as instituições, o Estado, as empresas e a sociedade repensem as suas forma de vida e de organização social e sejam capazes de repensar e por em ação uma nova organização do mundo, que tenha como base sólida a dignidade da pessoa humana e o bem comum. Nos anos mais recentes temos vindo a travar uma batalha sem tréguas, procurando colocar a luta contra a Pobreza no centro das atenções políticas, e defendendo a necessidade de uma **Estratégia Nacional de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social**, com objetivos claros, com uma forte componente de trabalho em parceria, mas também de interação entre as várias políticas, com instrumentos e ações concretas.

## **2 - 19 de Outubro de 2016 – Hotel Berna**

O conjunto de políticas públicas relevantes na determinação do nível e da dinâmica da pobreza é necessariamente vasto, cruzando a maior parte das áreas de intervenção governamental. Entre estas políticas destacam-se, por um lado, aquelas que procuram assegurar uma igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e, por outro, as que visam criar uma rede de proteção social que assegure a cada cidadão uma participação plena na vida da sociedade, sentindo-se o humano na relação com os demais humanos. A pobreza é multidimensional, agrega várias causas e adquire contornos muito heterogéneos. É fundamental a perceção de que cada decisão política e económica pode ter consequências na produção e reprodução de pobreza. Portanto, é fundamental um trabalho interdisciplinar e interministerial, com vista á sua erradicação, que resulte em respostas integradas resultantes da efetiva articulação entre as políticas sociais, económicas, de emprego, educação, saúde, habitação, etc.

Neste sentido, foram organizados duas mesas-redondas com os seguintes temas e representantes das várias áreas de intervenção onde foram ouvidos e interpelados as instituições responsáveis pela gestão das políticas públicas.

*1 **Painel Estratégia Nacional. Domínios estratégicos da educação, emprego e formação ao longo da vida e justiça.*** Este painel contou com os Diretores-gerais da área da educação e do Instituto de Emprego e Formação profissional, assim como 3 representantes de cidadãos dos conselhos locais de cidadãos (Évora, Portalegre e Leiria) dinamizados pela EAPN Portugal. Os cidadãos apresentaram a análise efetuada do impacto da crise nestas áreas e colocaram as

seguintes questões:

### **Educação e Formação ao longo da vida**

1- Sabendo que cada vez mais as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são essenciais, o que pode ser feito para que mais pessoas tenham acesso a elas e aprendam o básico da sua utilização?

2- Todos os dois anos se assiste á mudança dos manuais escolares, não será esta situação pouco favorável para os orçamentos das famílias que têm de fazer face a esta despesa? Porque têm os manuais de mudar todos os dois anos?

3- Conheço um jovem que entrou para a Universidade e é tetraplégico, e a família é pobre. Mas está com um grave problema porque não tem apoio estatal no transporte casa/universidade/casa. A bolsa que vai auferir não contempla este tipo de apoio. Porquê que o Estado só concede este tipo de apoio (transporte) até ao 12º Ano? Estarão estas pessoas, com deficiência grave e pobres, excluídas do ensino superior?

### **Emprego**

1 - Qual a percentagem de integração no mercado de trabalho, das pessoas que frequentam formações profissionais? E das que completam os programas relativos às Políticas Ativas de Emprego? O que poderia ser melhorado neste processo de integração através destas políticas?

2- Situações reais mostram-nos que muitos desempregados a auferir subsídio de desemprego ou outra prestação social são fortemente coagidos a aceitar ofertas de emprego e/ou de formação em áreas profissionais para as quais não têm qualquer experiência ou interesse. Não deverão as ofertas de emprego e de formação ter em conta as motivações, aptidões, competências e percurso profissional dos desempregados?

3 - Tenho uma filha licenciada em Psicologia Clínica. Acabou o curso com média de 18 valores. Esteve a procura de estágio profissional durante 3 anos e não conseguiu. Foi obrigada a emigrar para Londres, onde tem um elevado salário. Contudo, nunca foi objetivo dela emigrar. Foi muito difícil para ela e para a família. Como resolver estas situações? Que respostas existem para estes jovens qualificados?

### **Justiça**

1- Existem muitas dificuldades no acesso à justiça por parte das camadas da população mais carenciadas, nomeadamente das pessoas que não tem capacidade financeira para recorrer a um advogado privado, porque é que demora tanto tempo a atribuição de um advogado oficioso?

2- Confirma-se a intenção de reaproximar os serviços judiciais às populações, no sentido de recuperar as respostas existentes antes da última reforma, quais os serviços que serão reabertos?

3- No caso de necessitar de apoio jurídico o/a requerente pode escolher o/advogado/a que tem para o defender? Se sim qual o procedimento?

2 - *Painel Estratégia Nacional. Domínios estratégicos da habitação, saúde e serviços sociais.* Este painel contou com os Diretor Geral da Saúde, o representante do Instituto da

Segurança Social e com representantes da área da habitação, designadamente da Câmara Municipal de Lisboa (pelouro da habitação e do Desenvolvimento), assim como 3 representantes de cidadãos dos conselhos locais de cidadãos (Lisboa, Castelo Branco e Coimbra). Os cidadãos apresentaram a análise efetuada do impacto da crise nestas áreas e colocaram as seguintes questões:

Das apresentações efetuadas, importa realçar a importância que este processo de participação de pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social tem vindo assumir na nossa organização. No entanto, é preciso continuar a percorrer esse caminho, ultrapassando os mais variados desafios que surgem neste processo.

### **Proteção social**

- 1- Considera que o valor médio do RSI atribuído a 1 adulto permite viver com dignidade? Por que razão é que existe uma tão grande fiscalização na medida do RSI que não se verifica noutras medidas?
- 2- O que está previsto para melhorar a proteção e o apoio destas medidas e das já existentes: RSI, Complemento Solidário para Idosos, etc?
- 3- De forma se está a investir na sua efetiva inclusão dos beneficiários da medida? No mercado de trabalho, por exemplo?

### **Habitação**

- 1- Que medidas estão a pensar criar para reestruturar a habitação social? Como obrigar os municípios a cumprir o regulamento? Considerando por exemplo pessoas que residem em habitação social que tem condições para arrendar no mercado e deixar a habitação para quem precisa?
- 2- O que está previsto para assegurar o acesso dos cidadãos com maiores dificuldades económicas a habitação condigna: condições de salubridade, condições físicas/ materiais, água, eletricidade e aquecimento, apoios sociais/ rendimentos que permitam fazer face às despesas com as habitações.
- 3 - Os bancos hoje em dia são os maiores proprietários de imóveis, sendo que uma parte significativa está vazia. Como vê a possibilidade de negociação com os bancos, para que os imóveis de que são proprietários e estão vazios, possam ser colocados no mercado social de habitação?

### **Saúde**

- 1- As listas de espera nos hospitais são enormes. Grande maioria das primeiras consultas de especialidade demora cerca de um ano. Que soluções se existem para fazer face a estas situações, principalmente quando o tratamento das patologias exige celeridade e não se tem dinheiro para recorrer ao sistema privado?
- 2- Por que razão não existem todas as especialidades médicas no Serviço Nacional de Saúde? Ex. Dentista, Psiquiatria? Que esforços é que o Ministério da Saúde está a fazer para melhorar a cobertura de médicos de família, especialmente nas regiões do interior do país?

3- Sendo a saúde oral um dos maiores problemas de pessoas em situação de pobreza, de que forma se pode contornar o facto de não ter qualquer tipo de participação?

### 2.3 – Principais mensagens para a U.E para promover e apoiar processos de participação?

- Assegurar a transparência e responsabilização nas tomadas de decisão da UE através de processos que responsabilizem representantes e altos funcionários pelas decisões que tomam incluindo o respeito pelos compromissos acordados no quadro dos direitos humanos internacionais
- A participação e capacitação devem ser o centro do desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas, incluindo o reconhecimento e apoio concreto na participação da sociedade civil, nomeadamente as ONG's que atuam no domínio da luta contra a pobreza e as pessoas em situação de pobreza, num verdadeiro diálogo com a UE e a nível nacional
- Uma audição anual no parlamento europeu com pessoas que vivem em situação de pobreza e a criação de processos semelhantes a nível nacional. A participação garante a mobilização dos que estão mais interessados em que as medidas e as ações sejam bem-sucedidas e porque corresponde ao exercício de uma cidadania ativa que traduz da parte destes cidadãos uma afirmação da vontade de mudar a sua situação. A participação é um longo processo construído passo a passo.
- O Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza deve de aproximar os cidadãos das entidades/instâncias europeias decisoras.
- Uma vez que a participação depende também de decisões coletivas, só quando existe partilha de objetivos, de interesses e de poder, é que a verdadeira participação acontece e que o combate à pobreza é possível.
- Somos pessoas com vivências muito diferentes e por isso devem apostar num maior diálogo com as pessoas que estão numa situação de vulnerabilidade social.
- As mudanças de atitude, os resultados da participação e o impacto do envolvimento em processos participativos não acontece de um dia para o outro. Já referimos que se trata de um processo. Saber esperar, avaliar as pequenas conquistas e promover cada vez mais espaços de participação é fundamental. A participação é algo que se aprende e que se faz participando!

## 3– Democracia representativa

*“As pessoas se não votam, não têm uma participação ativa”*

### 3.1 – Direito e dever ao voto: experiência individual e coletiva dos delegados

O combate à pobreza e exclusão social é um dos principais desafios do desenvolvimento e dos direitos humanos, sendo por isso importante conciliar o desenvolvimento económico com a coesão e a justiça social. Em relação ao voto, a maior parte dos delegados consideram que o voto é um direito e um dever de cada cidadão e que ser cidadão significa ter acesso a todos os

direitos individuais, políticos sociais e económicos que assegurem uma vida digna, existindo igualmente uma ligação muito próxima entre cidadania e direitos humanos

O exercício de cidadania não é apenas um direito em si mesmo que contribui para o bem-estar da sociedade, mas permite também garantir que os objetivos, as necessidades e os interesses dos cidadãos sejam representados nas decisões políticas. O desenvolvimento desta dimensão (cidadania política) deve passar pelo conhecimento do sistema político e pela promoção de atitudes democráticas e participativas, como por exemplo o dever do voto, o conhecimento dos partidos políticos e das várias ideologias, estruturas políticas e processos de tomada de decisão a nível nacional e internacional.

Neste sentido, a maior parte dos delegados exercem este direito em todas as eleições existentes (municipais, legislativas e europeias), pois consideram que é um direito cívico e que querem participar ativamente na sociedade portuguesa. *“No meu caso particular eu voto. Em democracia o voto é a voz do povo. Por isso é muito importante que nos façamos ouvir. Se não formos votar é deixar nas mãos alheias as resoluções dos nossos problemas e na minha opinião a abstenção retira aos cidadãos não votantes a legitimidade de reclamar de algumas políticas governamentais. No entanto, sei que muitas pessoas recorrem à abstenção como meio de protestar contras as políticas desenvolvidas.”*

No entanto, referem que existe uma grande descrença por parte dos cidadãos em geral (particularmente junto dos mais jovens) relativamente aos partidos políticos e aos sistemas de decisão. Este facto verifica-se na elevada abstenção que tem caracterizado as eleições dos últimos anos. *“A política e os partidos políticos batem sempre nos mesmos pressupostos. Não existe uma mudança efetiva”.*

Importa ainda referir que dois delegados fazem parte da Mesa / Assembleia de Voto, tendo um envolvimento muito forte no próprio processo eleitoral, apesar de manifestarem também alguns descontentamento com a situação. *“A minha experiência pessoa, com a votação é um pouco confusa. Quando comecei a exercer o direito ao voto, votava sempre. Cheguei a fazer parte de algumas mesas de voto no meu distrito e gostava muito de participar na vida política do meu país. Com o passar dos anos criei uma barreira entre mim e a política, a descrença nos políticos era total. Desta forma, deixei de votar durante algum tempo. No entanto, mantive alguns contactos com amigos associados à política e era severamente criticada por não usar o meu direito ao voto. Depois de alguma reflexão cheguei à conclusão que se queremos ter opinião e queremos alterar as posições políticas temos de usar a única coisa que tem força: o voto”*

### **3.2 - Que projetos / iniciativas / exemplos foram desenvolvidos para aumentar a participação dos eleitores (particularmente entre as comunidades em situação de pobreza e de exclusão)?**

Os projetos locais desenvolvidos para fomentar a participação dos eleitores foram as sessões de esclarecimento e reflexão de cidadania em que foram convidados deputados que esclareceram dúvidas e deram alguma informação de como as coisas realmente acontecem e de como é importante os cidadãos participarem no ato eleitoral. Foram igualmente realizadas visitas e participação em debates na Assembleia da República no sentido de aproximar os cidadãos à casa da Democracia - o local onde as principais decisões que afetam os cidadãos são definidas.

### 3.3 Mensagens específicas relativamente às eleições para o Parlamento da União Europeia

- É preciso devolver o poder aos cidadãos, precisamos de uma sociedade civil mais informada, mais pró-ativa, capaz de agarrar os grandes desafios que se colocam e manifestar-se nas instâncias devidas de forma firme e esclarecida. A aposta nesta mudança deve começar nas novas gerações e deve reformular a educação e incentivar a formação cívica.
- A cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia. Exercer a cidadania plena é ter direitos vivos, políticos e sociais estando sujeito a deveres. Relaciona-se com a participação consciente e responsável dos cidadãos na sociedade da qual fazem parte.
- Um pacto social para uma Europa social.
- Uma estratégia da UE eficaz no combate à pobreza, exclusão social, desigualdade e discriminação.
- Uma democracia mais forte com a participação da sociedade civil, de forma a combater a falta de informação e a falta de opinião por parte dos cidadãos. *“Existe uma grande indiferença por parte dos cidadãos. As pessoas estão saturadas”*
- Uma audição anual no parlamento Europeu com pessoas em situação de pobreza;
- Necessidade de um conhecimento mais aprofundado sobre as eleições europeias. As pessoas precisam de ser esclarecidas. Por isso, é que existe uma grande abstenção em relação a este tipo de eleições. a nível geral as pessoas não estão tão conscientes e sensibilizadas para as eleições europeias, existindo um grande desconhecimento do impacto das mesmas a nível nacional e europeu. *“As eleições para o parlamento europeu devem ser mais visíveis e apostar num maior conhecimento. “Há muitas pessoas que não sabem o que são as eleições europeias passam despercebidas, não se sabe muito bem o que é, quem votas e para que se vota”.*

## 4 - Pilar Europeu dos Direitos Sociais

*“A Europa precisa de uma cultura de solidariedade entre os Estados membros e destes com o resto do mundo. A Europa precisa urgentemente de um novo projeto europeu, aberto e transparente que envolva os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, quer a nível nacional quer a nível europeu.”*

### 4.1- Como poderia o acompanhamento do Pilar Europeu dos Direitos Sociais reforçar a luta contra a pobreza e a exclusão social? Quais são as suas propostas?

- A união europeia necessita de ter um pilar, distinto, do acervo social que esteja na mesma base do acervo económico, com os seus próprios objetivos sociais - de solidariedade, bem-estar e prosperidade partilhada. De outra forma o social será sempre “subserviente” aos objetivos económicos.
- Para isso, é necessário garantir que o Pilar Social não seja minado por uma política contínua de austeridade, de cortes e de recuperação desequilibrada. Deve de existir um

apoio e um compromisso político e financeiro disponível para pôr em prática esta iniciativa.

- Os Estados-membros devem assumir este compromisso e ter presente na definição de uma estratégia nacional de combate à pobreza e exclusão social.
- A participação das pessoas em situação de pobreza e as organizações da sociedade civil que as representam é um elemento fundamental neste Pilar. Neste sentido, deve existir um forte envolvimento e participação das pessoas que vivenciam as mais diversas situações de pobreza e as organizações da sociedade civil em todas as fases da elaboração de políticas sociais.
- É crucial demonstrar o impacto político das estratégias, das medidas e do próprio Pilar.
- É necessário que o quadro político da UE se torne mais social e para isso adote mais medidas pró-ativas, senão os resultados que se pretendem não vão ser alcançados.
- Importa ainda referir o desconhecimento que existe por parte dos cidadãos sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais: os cidadãos, as instituições nacionais, entre outros não sabem o que é, nem quais são as principais orientações/diretivas/ considerações do Pilar. Por isso, é necessário apostar numa maior divulgação e conhecimento do mesmo. Exemplo desta situação é o desconhecimento do processo de consulta pública por parte dos cidadãos não têm conhecimento dessa situação.
- Mais do que assistir pontualmente, com ações avulsas, é necessário concertar políticas para ações globais duradouras e justas. Temos de agir com outros valores e atitudes. Temos que olhar o futuro e fomentar em toda a sociedade uma cultura de justiça e de solidariedade.
- É importante incluir na agenda política de governação do país o objetivo da erradicação da pobreza; comprometendo-se com a definição de estratégias e metas para a eliminação da pobreza e que encontrem os adequados suportes institucionais para fazer valer os direitos humanos e sancionar o seu respectivo incumprimento.
- Os responsáveis políticos devem-se empenhar em garantir uma redistribuição mais equitativa dos recursos e da riqueza, que deverá ser tomada em consideração, tanto na conceção das políticas económicas como das sociais, pois, a renúncia a mecanismos de redistribuição do rendimento impede a afirmação de um desenvolvimento sustentável e a manutenção e reprodução da pobreza;
- São necessárias reformas estruturais, uma vez que são muito limitados os resultados das medidas pontuais, por muito necessárias e urgentes que se apresentem; nomeadamente, que seja definido um rendimento adequado às necessidades fundamentais das famílias, que não seja calculado apenas com base na satisfação das necessidades básicas de sobrevivência mas, também, de proporcionar o acesso à educação, saúde, habitação, justiça e cultura. Um rendimento que permita aos agregados familiares viver de forma digna e garantir uma vida minimamente justa e inclusiva.

#### **4.2 - Quais as ligações que eles veem entre as propostas apresentadas e as discussões e mensagens-chave desenvolvidos no encontro do ano passado?**

- Verifica-se uma falta de diálogo social, em todos os domínios identificados e também dá a impressão de que o Pilar Social é exclusivamente virado para o emprego. É necessário, sim, apostar numa abordagem abrangente, enraizada nas necessidades individuais das pessoas, apoiando não só a sua integração no mercado de trabalho, mas, principalmente, a sua participação social e o direito a uma vida digna. É necessário ter presente uma ação integrada das 3 áreas centrais da estratégia de inclusão ativa: acesso a um rendimento adequado, a um mercado de trabalho inclusivo e o acesso a serviços públicos de qualidade.
- A ausência dos refugiados como um grupo vulnerável que precisa de uma intervenção urgente e de um acordo político entre os diversos estados membros é preocupante, outro dos grupos vulneráveis são as comunidades ciganas que têm imensas dificuldades no acesso ao mercado de trabalho que por si só já contribui para a sua discriminação e vulnerabilidade face á pobreza.

#### **4.3 - Como pode o Pilar Social ser utilizado para promover a participação das pessoas em situação de pobreza?**

- O Pilar Europeu deve demonstrar um firme compromisso na garantia de uma Europa livre de pobreza e de exclusão social, na luta contra as desigualdades, adotando uma abordagem baseada nos direitos, como parte de uma estratégia integrada de combate á pobreza, com base na qualidade do emprego, dos serviços, da proteção social e da promoção dos padrões sociais da UE. Acima de tudo as pessoas devem ser colocadas no centro da estratégia. O que significa dar voz às pessoas e desenvolver um sistema de governança baseado, no respeito pelo diálogo contínuo com os decisores políticos a nível nacional e europeu, tendo em conta as suas preocupações e soluções.
- Apoiar a organização de encontros europeus de pessoas que vivem em situação de pobreza, como um momento chave para envolver os cidadãos e obter o seu feedback sobre os processos políticos, para garantir a legitimidade, pertença, credibilidade e eficácia das políticas sociais.
- Dando voz aos que mais diretamente experienciam a violência da pobreza, queremos expressar como esta pobreza se intensifica a cada dia que passa colocando em risco milhares de cidadãos, afetando de modo devastador os mais pobres, particularmente os que já o eram antes da crise, os desempregados, as crianças e os idosos. Ao mesmo tempo queremos manifestar também, sobretudo junto de quem decide e tem mais responsabilidades de governação, a nossa disponibilidade para um projeto coletivo que vise a erradicação da pobreza.
- Uma clara inversão dos valores que estão subjacentes ao domínio político. É preciso devolver o poder aos cidadãos. São necessárias formas de democracia mais participativas, a todos os níveis e em todas as políticas. As estruturas de participação devem assegurar que as vozes das pessoas em situação de pobreza e /ou exclusão

social sejam ouvidas e incluídas. Precisamos de uma sociedade civil mais informada, mais pró-ativa, capaz de agarrar os grandes desafios que se colocam e manifestar-se nas instâncias devidas de forma firme e esclarecida. Esta aposta nesta mudança deve começar nas novas gerações e deve enformar a educação e formação cívica.

## 5 – Mensagens da Delegação Portuguesa 2016

A delegação portuguesa considera que é tempo de agir com uma energia e convicção renovadas. É tempo de, sem hesitações, proclamar a erradicação da pobreza como o único objetivo aceitável a nível nacional e europeu. É isto que esperamos: que passemos da utopia à prática! AGORA!!!

Agora mais do que nunca, **valores como a justiça, a solidariedade e a igualdade devem estar presentes na definição de novas políticas.** É necessário uma nova solidariedade e um novo contrato social, que dê a confiança e esperança às pessoas e à sociedade. Esta necessidade é urgente no contexto atual, visto que estamos perante um cenário onde impera cada vez mais o racismo e a discriminação.

**É tempo de criarmos, de uma vez, por todas uma verdadeira cultura de solidariedade europeia e mesmo mundial. Estamos profundamente convictos de que o mundo tem necessidade de uma renovação cultural profunda e da redescoberta de valores fundamentais para construir com base nestes um futuro melhor.**

A grande questão, hoje, diz respeito à possibilidade de nascimento de um **novo modelo de desenvolvimento e de organização social que tenha uma base social, económica, cultural e ambiental mais sustentável e uma forma de governação capaz de aprofundar a democracia e garantir a participação e coresponsabilização de todos os cidadãos.**



**Queremos uma CLARA MUDANÇA NO PARADIGMA QUE NOS CONDUZIU A ESTA SITUAÇÃO! TEMOS DE FAZER A DIFERENÇA!**

A União Europeia deve dar-nos um forte sinal de compromisso político e de esperança!

**Novembro 2016**